



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021

Processo Licitatório nº: 18.136/2020

Processo de Impugnação n.º: 8.453/2021

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021

OBJETO: Registro de Preços para o FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO e ALIMENTAÇÃO destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, de acordo com a demanda da unidade, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste edital.

IMPUGNANTE: RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI - CNPJ Nº: 09.813.838/0001-79

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa **RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 015/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão



Comissão de Pregão II

de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, a requerente visa impugnar o texto dos itens referentes às exigências de Qualificação Técnica, **Item 21.4 - Deverá apresentar documento devidamente assinado pelo Representante Legal da Licitante, declarando a existência de cozinha industrial**, bem como o **Item 21.5 - A Secretaria Municipal de Saúde, em face da declaração exigida no subitem, poderá verificar, in loco, através de uma Equipe Técnica de Apoio ao Pregoeiro constituída para esse fim específico, se as informações concernentes à existência da cozinha industrial, conforme encontra-se consignada na mencionada declaração, atende ao objeto do presente termo de referência**, sob a alegação de que não possuem previsão legal pelo no art. 30 da Lei Geral de Licitações, não podendo ser exigidos em um certame licitatório. Salienta também que não existe lei especial sobre o tema que discorra sobre



Comissão de Pregão II

esse assunto. Alega ainda que tal medida “*privilegia empresas que já possuem cozinha instalada*” e “*viola a norma-princípio da Ampla Participação*”.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

08. Requer a Impugnante:

a) “a competente alteração dos termos do ato convocatório, a fim de evitar que a competitividade seja restringida, bem assim para fazer valer os termos da Lei Federal no 8.666/93.”

IV. DA ANÁLISE

09. O dispositivo impugnado pela empresa, s.m.j., quando dispõe que a empresa “**deverá apresentar documento declarando a existência de cozinha industrial**” (grifo nosso), pressupõe uma exigência de **propriedade prévia de cozinha industrial, na Fase de Habilitação** que afronta o art. 30, § 6º, da Lei Federal 8666/93 que veda a exigência de propriedade e de localização prévia, *in verbis*:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

II - **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação**, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; **(grifo nosso)**

[...]



Comissão de Pregão II

§ 6º **As exigências mínimas relativas** a instalações de canteiros, máquinas, **equipamentos** e pessoal técnico especializado, **considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade**, sob as penas cabíveis, **vedada as exigências de propriedade** e de localização prévia. **(grifo nosso)**

10. Tal entendimento, fica ainda mais evidente quando no item 21.5, o edital dispõe que ***"as informações concernentes à existência da cozinha industrial, conforme encontra-se consignada na mencionada declaração, atende ao objeto do presente termo de referência"*** poderão ser verificadas, ***"in loco, através de uma Equipe Técnica de Apoio ao Pregoeiro constituída para esse fim específico"*** (grifo nosso), corroborando que tal verificação ocorrerá ainda na Fase de Habilitação, do certame licitatório.

11. Tais exigências deveriam ser verificadas apenas do licitante vencedor, e não de todos os participantes, sob pena de restrição à ampla participação no Certame, em se tratando de condições indispensáveis para a realização do objeto da licitação **a qual deverá ser exigida apenas após a adjudicação, como condição contratual**, que se descumprida sujeitará o particular às sanções cabíveis em face de sua inadimplência. **Ficando a comprovação da aptidão técnica, na fase de habilitação, condicionada somente a apresentação do Atestado que trata o item 21.3 do instrumento convocatório.**

IV. DA ANÁLISE TÉCNICA

12. A análise técnica foi realizada pela Secretaria Municipal de Saúde (cópia em anexo) através do Setor de Gestão de Processos e Contratos, acompanhada por parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal, cujo inteiro teor é parte integrante desta decisão



Comissão de Pregão II

V. DA DECISÃO

10. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, após análise e conclusão da Área Técnica, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI**, no processo licitatório referente ao Edital PREGÃO ELETRÔNICO n.º 015/2021, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela alteração do instrumento convocatório, suprimindo-se os dispositivos impugnados, Item 21.4 e Item 21.5, das exigências de Qualificação Técnica, passando a constar apenas no Termo de Referência, em se tratando de condições indispensáveis para a realização do objeto da licitação **a qual será exigida após a adjudicação, como condição contratual**, que se descumprida sujeitará o particular às sanções cabíveis em face de sua inadimplência.

Nova Friburgo, 19 de abril de 2021.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870



Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS

Processo nº 8453/2021

Objeto: Impugnação – Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 015/2021 (Processo Licitatório nº 18.163/2020)

Impugnante: RPE Empreendimentos Alimentares Eireli

Trata-se de impugnação interposta pela empresa RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI, ao instrumento editalício referente ao Pregão Eletrônico nº 015/2021, oriundo do procedimento licitatório autuado sob o nº 18163/2020, que tem por objeto contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de nutrição e alimentação destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro pelo período de 12 (doze) meses.

Em atenção a peça de bloqueio apresentada às fls. 04/14, bem como em análise a Manifestação do Ilmo. Pregoeiro da Comissão de Pregão II acostada às fls. 15/17, passamos a expor os seguintes esclarecimentos:

Precipuamente, cumpre informar, que o instrumento editalício prevê a exigência de apresentação de documento comprobatório de existência de cozinha industrial em sede de Habilitação do certame, bem como dispõe no subitem 21.5. do instrumento em referência, as condições de verificação *in loco* da cozinha, através de equipe técnica de apoio ao Pregoeiro.

Pois bem. Em melhor análise do instrumento convocatório alusivo constatamos que tal obrigação deverá ser retificada, haja vista que o documento em referência, s.m.j., deverá ser apresentado pelo licitante vencedor do certame em sede de contratação, ou



seja, em fase da assinatura do instrumento contratual e não em fase de habilitação dos interessados.

Trata-se de condição *sine qua non* para a efetiva contratação bem como deverá ser cumprida quando da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

É certo que o presente certame assim como qualquer outro não poderá onerar o licitante, conforme preleciona a Lei de Licitações. Entendendo deste modo constatamos que a redação pertinente a apresentação do documento de existência de cozinha industrial deverá ser retificado, visto que a expressão "existência" remete a ideia de possuir "cozinha própria", o que, neste caso, oneraria o participante. Nesse sentido esta Gestão opina pela modificação do texto, o qual deverá constar a penas a exigência da disponibilização, o qual poderá ser verificado pela equipe indicada de apoio ao Ilmo. Pregoeiro em fase de contratação do objeto, ora licitado.

Em síntese pugnamos que o documento em referência seja apresentado pelo licitante vencedor em fase de contratação, sendo tal exigência condição indispensável para tanto, bem como pugnamos pela retificação da redação do documento a ser apresentado, o qual deverá constar a obrigação da disponibilização de cozinha industrial e não da existência de tal destinação.

Há que ressaltar que a dispensa do documento em referência em fase de habilitação do certame não se confunde com a apresentação do Certificado de Capacidade Técnica, sendo este último condição *sine qua non* para a habilitação do interessado.

É o que nos cabe esclarecer. 



20

Ante o exposto remetemos os presentes autos à Assessoria Jurídica da Secretaria de Saúde para apreciação do feito e decisão final.

Após pugnamos pela remessa do feito à Comissão de Pregão II para prosseguimento dos atos licitatórios.

Nova Friburgo/RJ, 15 de abril de 2021.

Fernandina Veiga Pacheco

Gestão de Processos e Contratos - SMS

Matrícula 62.384



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

PROCESSO Nº 8453/2021
DATA 10/04/21
Folhas Nº 21 Rubrica

Processo nº 8453/2021

Requerente: RPE Empreendimentos Alimentares Eireli

Objeto: Impugnação a Edital de Licitação

Sr. Procurador,

Os autos foram encaminhados à esta especializada para análise da Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2021, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de nutrição e alimentação destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, no Município de Nova Friburgo, apresentada pela empresa RPE Empreendimentos Alimentares Eireli.

A Impugnação tem como mérito específico a discordância da exigência prevista no edital, acerca da qualificação técnica dos licitantes, descrita no item 21.4, que prevê que “o licitante deverá apresentar documento devidamente assinado pelo Representante legal da Licitante, declarando a existência de cozinha industrial”.

A Impugnante ataca, ainda, o item 21.5, que prevê a possibilidade de visita técnica à mencionada cozinha industrial.

Pois bem. Extraí-se dos autos que tanto o Pregoeiro (fls. 15/17), quanto a responsável pela gestão de processos da Secretaria Municipal de Saúde (fls. 18/20) concordam com as razões apresentadas pela Impugnante, opinando pela retirada da exigência do edital.

Nessa toada, a assessoria jurídica coaduna do mesmo opinamento apresentado por ambos os setores, tendo em vista que além dos fundamentos esposados nas respectivas manifestações, a legislação e a jurisprudência aplicáveis ao caso em concreto seguem a mesma linha, conforme se passa a demonstrar.

Em que pese o zelo da secretaria requisitante para com a contratação pretendida, a exigência implica custos ao licitante antes da assinatura do contrato, prática que se opõe à Súmula 272 do Tribunal de Contas da União, in verbis:

SÚMULA Nº 272/2012

No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

E se implica custos antes da assinatura do contrato, a medida parece excessiva, contrariando, desta forma a Lei 10.520/02, que assim dispõe:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

...

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

PROCESSO Nº 845312
DATA 16/04/12
FOLHAS Nº 22 RUBRICADA

E no que diz respeito à previsão da visita técnica, por óbvio, uma vez que se opina pela retirada da exigência prevista, por excessiva e desnecessária, opina, também, pela supressão do item do edital.

De forma a elucidar o entendimento quanto à exigência de visitas técnicas nos editais, a assessoria lança mão de artigo publicado no famigerado site “zênite” :

“A Lei de Licitações autoriza que a Administração exija a realização de visita técnica pelo licitante como requisito de qualificação. Isso se afere a partir da leitura do art. 30, inciso III da Lei nº8.666/93, que dispõe :

“a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:

(...)

III – comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação”.

Porém, é preciso reconhecer que a referida exigência limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto. Em virtude disso, para que a visita técnica seja legal, é imprescindível a demonstração da indispensabilidade de sua realização para a perfeita execução do contrato.

Inclusive, esse raciocínio está em consonância com o disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição da República, que reputa como legítima apenas as “exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Nessa linha, o TCU tem se manifestado no sentido de que somente pode ser exigida a visita técnica em casos excepcionais, isto é, nas situações em que a complexidade ou natureza do objeto a justifiquem. Sendo que, quando não for essa a situação concreta, mostra-se suficiente a simples declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.

Veja-se trecho extraído do Acórdão nº906/2012 – Plenário, no qual o Tribunal expediu as seguintes determinações ao ente licitante:

“Abstenha-se de inserir em seus instrumentos convocatórios cláusulas impondo a obrigatoriedade de comparecimento ao local das obras quando, por sua limitação de tempo e em face da complexidade e extensão do objeto licitado, pouco acrescente acerca do conhecimento dos concorrentes sobre a obra/serviço, de maneira a preservar o que preconiza o art. 3ª caput, e § 1º,



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

PROCESSO Nº 8453121
DATA 16/04/21
Folha Nº 25

inciso I, da Lei 8.666/93, sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto”.

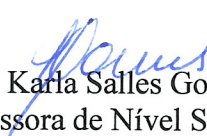
Portanto, uma vez evidenciado que a especialidade do objeto não demanda que os potenciais interessados compareçam pessoalmente ao local onde será executado o objeto, pode a Administração optar apenas em exigir declaração do licitante, nos moldes aludidos.

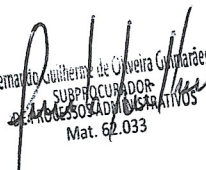
(<https://www.zenite.blog.br/visita-tecnica-ponderacoes-do-tcu/>)

Por todo o exposto, a assessoria jurídica concorda com as razões apresentadas pela empresa, bem como com as manifestações do Pregoeiro e da própria Secretaria Municipal de Saúde, opinando pelo acolhimento da Impugnação apresentada e pela supressão dos itens 21.4 e 21.5 do Edital.

É o opinamento, não vinculativo, o qual remete à análise superior, sub censura.

Nova Friburgo, 16 de abril de 2021.


Karla Salles Gomes
Assessora de Nível Superior II
Procuradoria Geral do Município
Matrícula nº 72.201


Fernando Guilherme de Oliveira Guimarães
SUPERVISOR
DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
Mat. 62.033